

FUNDACENTRO

Servidores debatem campanha salarial e o termo de conduta visando combate ao assédio moral institucional

A assembleia realizada em 28/02, contou com a apresentação da Tatiana Gonçalves e Ricardo Rosa, como membros da atual diretoria do Sindsef-SP, eleita para gestão 2024/2026. Em pauta: Campanha Salarial, questões específicas do órgão e eleição de delegados (as) sindicais.

Luis Genova, do Ipen e Secretário Geral do Sindsef-SP, criticou a política econômica do governo Lula e seus impactos nas negociações do MGI. Ele lembrou que depois do reajuste de 9% em 2023, esperava-se uma melhoria em 2024, mas o governo ofereceu zero de aumento, só 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026. Genova destacou que essa proposta ignora as perdas acumuladas, que vão além do governo Bolsonaro.

O governo só ofereceu reajustar benefícios como auxílio alimentação e saúde. Foram vários encontros para no final o governo vir com essa proposta rebaixada, que não contempla nem mesmo a reivindicação de equiparação dos benefícios com os outros poderes e ainda deixa aposentados e pensionistas de fora.

Além disso, Genova alertou para a fragmentação da categoria com negociações setoriais. A política econômica, ancorada no arcabouço fiscal, não prevê investir nos serviços públicos nem nos servidores, priorizando uma abordagem neoliberal que divide os trabalhadores.

Nas intervenções, foi destacado que a luta por recomposição não deveria ser vista como de interesse apenas dos servidores, já que também é uma questão de sobrevivência e de valorização do serviço público.



Também foi ressaltado que as conquistas históricas dos trabalhadores sempre vieram a partir de intensas lutas e não será diferente agora. É preciso mobilização da categoria para alcançar as reivindicações.

O Sindsef-SP apoia todas as formas de luta, seja ela geral ou específica, mas enfatiza a necessidade urgente de mobilização por reajuste salarial linear para todos os funcionários públicos.

Ação do Ministério Público

O advogado do Sindsef-SP, César Lignelli, divulgou os últimos avanços na ação civil pública que tramita na Justiça do Trabalho contra a Fundacentro e contra dois gestores à frente da autarquia na época.

Com a mudança de governo e dos gestores do órgão, foi sinalizada a possibilidade de um acordo, onde seria firmado um termo de ajuste de conduta da Fundacentro visando tratar dos problemas identificados.

A ação em questão foi originada a partir da denúncia do Sindsef-SP, ao Ministério Público do Trabalho, de casos de assédio moral institucional na Fundacentro.

Após analisar os argumentos iniciais e realizar oitivas à instituição, o MPT ajuizou essa ação na Justiça do Trabalho.

Após a leitura dos termos de conduta e amplo debate, os presentes à assembleia aprovaram o documento e avaliaram como um significativo avanço no combate ao assédio moral.

Com isso a Fundacentro firma compromissos de preservar a autonomia técnica e coibir violência no trabalho; estabelecer fluxos de trabalho para assegurar a independência dos servidores, preservando a autonomia didático-científica e a capacidade de atuação da área técnica em conformidade com a missão da instituição; adotar uma política interna de combate à violência no ambiente de trabalho e ao assédio moral.

Para garantir o cumprimento desses compromissos, a Fundacentro realizará treinamentos periódicos sobre seu Código de Conduta e Integridade, bem como sobre a política de gestão de riscos. Esses treinamentos incluem ações de capacitação, orientação e sensibilização para os empregados em todos os níveis hierárquicos da instituição, abordando temas como violência, assédio, igualdade e diversidade no ambiente de trabalho, de forma acessível e eficaz.

Por fim, a Fundacentro garante autonomia para os membros da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP), respeitando a composição paritária entre os membros indicados pela Administração e os membros eleitos pelo Coletivo de Trabalhadores. Essas medidas visam promover um ambiente de trabalho saudável e respeitoso.